



MANIFESTO DO FÓRUM MINEIRO DE COMITÊS SOBRE ESCASSEZ HÍDRICA E CRISE ENERGÉTICA

No dia 22 de junho de 2021 foi realizada uma reunião do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH) para debater o Alerta Hídrico e a Segurança dos Usos Múltiplos e ecossistêmicos da Água com a presença de instituições convidadas, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Na oportunidade foi exposta a situação de criticidade pelos quais estão passando os reservatórios, em especial os da região sudeste.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) publicou em edição extra do Diário Oficial da União do dia 1º de junho a declaração de situação crítica de escassez quantitativa de recursos hídricos da região hidrográfica do Paraná até 30 de novembro de 2021.

A declaração foi publicada pela ANA com o objetivo de reconhecer a situação crítica de escassez quantitativa de recursos hídricos e subsidiar a adoção de medidas temporárias para assegurar os usos múltiplos da água e buscar a segurança hídrica. Após a análise da situação, poderão ser adotadas medidas, como regras de operação temporárias para os reservatórios para a preservação dos seus volumes. Num primeiro momento, a necessidade de restrições para usos consuntivos (que consomem água), como a irrigação e o abastecimento humano, não é vislumbrada.

A declaração foi publicada pela ANA em caráter preventivo para mitigar possíveis riscos aos usos consuntivos de água, decorrentes do cenário desfavorável de chuvas, até o fim do período seco deste ano. Nesse sentido, em sua análise técnica, a Agência levou em consideração a nota conjunta do sistema nacional de meteorologia (SNM), de 27 de maio, que emitiu Alerta de Emergência Hídrica associado à escassez de precipitação para a região hidrográfica do Paraná de junho a setembro deste ano.

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) assinaram o Alerta de Emergência Hídrica pela primeira vez



em função das previsões de chuvas próximo ou abaixo da média entre maio e setembro deste ano. Além disso, a região hidrográfica do Paraná passa por um déficit de precipitações severo desde outubro de 2019, segundo o SNM, e os mapas do monitor de secas.

Quanto aos volumes armazenados nos reservatórios, em 1º de maio, sete dos 14 principais reservatórios de hidrelétricas da região sudeste estavam com seu pior nível desde 1999. E os demais estavam com níveis entre os cinco piores desse período.

Mesmo com as baixas vazões que estão ocorrendo, não se espera, num primeiro momento, que ocorram problemas de falta de água para os usos consuntivos, como o abastecimento humano e a irrigação. Isso porque as vazões, ainda que mais baixas, serão suficientes para atender a esses usos em termos de quantidade de água. No entanto, poderão ser necessárias adaptações nas estruturas de captação de água para se adaptarem ao nível, que poderá ficar mais baixo, especialmente nos principais reservatórios da região, evitando a interrupção do seu funcionamento.

Prova disso foi a publicação da medida provisória 1.055 de 28 de junho de 2021 que criou a Câmara de Regras Excepcionais para gestão hidroenergética, a qual poderá definir diretrizes obrigatórias para estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas, passando por cima de todo o sistema nacional de gestão de recursos hídricos estabelecido na lei 9433/1997, em especial das atribuições dos comitês de bacia. A composição do referido conselho sequer inclui a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANA).

Com relação aos usos não consuntivos – como geração hidrelétrica, turismo, lazer e navegação – são esperados impactos em decorrência da redução dos níveis de armazenamento dos reservatórios. No caso do turismo e lazer, por exemplo, já vêm ocorrendo impactos nos reservatórios de Furnas (MG) e Mascarenhas de Moraes (MG). E há uma tendência de agravamento desses impactos com a redução dos níveis d'água ao longo do período seco.

Dados apresentados pela Cemig deixaram claro que os reservatórios estão abaixo dos níveis considerados como seguros. E que na verdade no decorrer dos anos os



reservatórios vem tendo a utilização máxima, existindo pouco espaço de uma reserva considerada segura, e sempre contando que o ano subsequente trará chuvas suficientes para recuperar integralmente tudo o que foi retirado.

Para além das dificuldades dos reservatórios do setor energético percebe-se uma criticidade da situação de vários rios em Minas Gerais que colocam em risco o abastecimento de várias cidades mineiras, inclusive Belo Horizonte no caso da bacia do Rio das Velhas.

Os dados meteorológicos demonstram que ciclicamente estes fenômenos de escassez de chuvas vêm se repetindo em prazos muito curtos, a cada 4 a 5 anos, de chuva abaixo da média.

Portanto os dados nos informam que não se trata de fenômenos circunstanciais e mais sim de fenômenos mais cíclicos, próximos e sistêmicos. Portanto há que se falar de fenômenos planetários e ligados às mudanças climáticas.

A gama de informações e de *softwares* de previsão meteorológica, hoje existentes, permitem fazer previsões de médio e longo prazo, portanto não há como se falar se ser surpreendido por estas situações de escassez.

Se são fenômenos previsíveis podem ser prevenidos. Em Israel ou outros países árabes a pluviosidade é bem menor e não se traduz em escassez hídrica.

Isto remete a fragilização que hoje se impõe ao sistema nacional de gestão de recursos hídricos.

Por outro lado, é importante afirmar: não basta somente as chuvas, é preciso que as águas se acumulem no solo.

É necessário a existência de um solo geologicamente integro, com matas, áreas de recargas e nascentes preservadas. Enfim, é imprescindível que haja um sistema de produção natural de produção de água operando com eficiência.



Então, mais do que faltar águas nos reservatórios., ou aumentar as tarifas, o que está faltando é rio e políticas para a preservação dos mesmos.

A ausência de água nos nossos rios tem gerado cada mais conflitos pelos usos das águas, como por exemplo entre: setor energético e outros usuários, entre abastecimento e outros, e irrigantes e outros.

Portanto, temos uma complexidade envolvendo diversas crises, que se somam e se potencializam, a saber: a energética, a ambiental, a hídrica que tem em comum a ausência de uma política sistêmica centrada nas águas e na gestão das bacias hidrográficas.

Há anos observa-se um comprometimento energético dos recursos hídricos da Região Hidrográfica do Paraná que em si degrada as paisagens dos entornos dos reservatórios de acumulação. Paisagens essas que já foram drasticamente alteradas pela atividade humana na construção de usinas hidroelétricas, cuja população do entorno precisou promover, por anos, toda uma readaptação devido à ruptura que os próprios empreendimentos trouxeram.

O uso múltiplo das águas passou a ser uma promessa para milhares de pessoas que perderam sua fonte de renda com a inundação de áreas importantes para suas atividades econômicas. O uso da água para geração de energia é não consuntivo por definição. Mas o que se observa, principalmente nos reservatórios de acumulação da Bacia do Rio Grande, nos últimos anos, é um uso consuntivo, ou seja, que não repõe a massa de água utilizada para geração de energia elétrica na mesma medida e momento em que a consome. A demanda por energia elétrica no país cresce num ritmo que não está sendo acompanhado pela expansão do setor elétrico de forma sistêmica e estrutural na mesma proporção.

É urgente que estado brasileiro organize melhor o setor elétrico e sua expansão de maneira que haja equacionamento com os usos múltiplos dos recursos hídricos.



É preciso continuar diversificando a matriz energética, saber utilizá-la de forma planejada ao longo do ano, como a utilização da biomassa nas usinas de açucareiras, com isso permitir a acumulação de água nas represas.

Minas Gerais tem papel estratégico para o país na questão energética e hídrica e isso precisa ser usado a nosso favor.

Por tudo que foi exposto, o FMCBH coloca as seguintes considerações e propostas:

- Existe uma somatória de crise hídrica, ambiental e energética, que se relacionam e se potencializam;
- É necessário e fundamental fortalecer o sistema nacional de gestão de recursos hídricos para que efetivamente possam ser conjugados os esforços para gestão compartilhada e integrada das águas nos territórios das bacias hidrográficas;
- É imprescindível que se reconheça que a gestão territorial das águas passa pelas bacias hidrográficas e pelos comitês de bacias, e não somente pelos reservatórios para produção energética, uma vez que estes fazem parte e não são a parte das bacias hidrográficas;
- É fundamental garantir os usos múltiplos das águas, em especial para o abastecimento humano, a dessedentação dos animais e manutenção da biota aquática;
- Não se pode impor sacrifícios à toda uma bacia por uma má gestão de um sistema, como por exemplo o energético;
- As bacias hidrográficas estão sendo cada dia mais exigidas e exauridas, o que tem gerado cada vez mais conflitos pelo uso das águas;
- Sem um planejamento sistêmico e organizado de todos aqueles que demandam e consomem águas não teremos como ter resultados eficazes e evitar situações cada vez mais frequentes de crises hídricas;
- É fundamental que recursos sejam repassados para os comitês de bacia hidrográfica e para programas de revitalização de bacias hidrográficas;
- Que haja o fortalecimento do sistema natural de “produção de água” para fortalecer a produção de água;



- Que haja uma destinação de recursos financeiros do setor elétrico para a revitalização de bacias hidrográficas.
- Que seja criado um grupo de controle de vazão em cada comitê, aos moldes do que foi criado no CBH Rio das Velhas, para discutir com os diversos segmentos como fazer a gestão compartilhada em períodos de criticidade hídrica.

Belo Horizonte, 02 de julho de 2021.

Marcus Vinícius Polignano

Coordenador do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas

Membros deste FMCBH: SF1 - CBH Afluentes do Alto São Francisco; SF2 - CBH Rio Pará; SF3 - CBH Rio Paraopeba; SF4 - CBH Entorno da Represa de Três Marias; SF5 - CBH Rio das Velhas; SF6 - CBH dos Rios Jequitaiá e Pacuí; SF7 - CBH do Rio Paracatu; SF8 - Comitê da Bacia Mineira do Rio Urucuia; SF9 - CBH Afluentes Mineiros do Médio São Francisco; SF10 - CBH Afluentes Mineiros do Rio Verde Grande; GD1 - CBH Afluentes Mineiros do Alto Rio Grande; GD2 - CBH Vertentes do Rio Grande; GD3 - CBH Entorno do Reservatório de Furnas; GD4 - CBH Rio Verde; GD5 - CBH Rio Sapucaí; GD6 - CBH Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo; GD7 - CBH Afluentes do Médio Rio Grande; GD8 - CBH Afluentes do Baixo Rio Grande; PN1 - CBH Afluentes Mineiros Alto Paranaíba; PN2 - CBH Rio Araguari; PN3 - CBH dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba; DO1 - CBH Rio Piranga; DO2 - CBH Rio Piracicaba; DO3 - CBH Rio Santo Antônio; DO4 - CBH Rio Suaçuí; DO5 - CBH Rio Caratinga; DO6 - CBH Águas do Rio Manhuaçu; JQ1 - CBH Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha; JQ2 - CBH Rio Araçuaí; JQ3 - CBH Afluentes Mineiros do Médio e Baixo Rio Jequitinhonha; PA1 - CBH Rio Mosquito e Demais Afluentes Mineiros do Rio Pardo; PS1 - CBH Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna; PS2 - CBH Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé; J1 - CBH dos Rios Piracicaba e Jaguari; CBH Afluentes Mineiros do Rio Mucuri. SM1 - CBH do Rio São Mateus.